



Ofício nº 442/2023-DGP

Maceió-AL, 12 de maio de 2023

A Sua Ex.<sup>a</sup> o Senhor  
**MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS**  
Presidente do Poder Legislativo do Estado de Alagoas  
Praça Dom Pedro II, s/nº, Centro  
CEP: 57020-900 – Maceió/AL

Assunto: **Decisão Monocrática**

*Prezado Senhor,*

1. De ordem do Senhor Presidente, encaminhamos a V. S<sup>a</sup>., em anexo e sob **AR**, cópia da **Decisão Monocrática**, relatado pelo Conselheiro Otávio Lessa de Geraldo Santos, referente ao processo nº. TC-15820/2012, para ciência, conforme determinado no item “b” do referenciado decisório.
2. Por oportuno, ressalto que eventual resposta ao presente ofício deverá ser remetida ao relator no portal do jurisdicionado, no seguinte endereço eletrônico: <https://portaletce.tceal.tc.br/>.
3. Atenciosamente,

  
**Franklin Adriano Cardoso de Barros**  
Diretor de Gabinete da Presidência

/sln

<b>Processo nº</b>	TC-15820/2012
<b>Anexo:</b>	
<b>Unidade</b>	SEPLANDE
<b>Responsável</b>	Luiz Otávio Gomes
<b>Assunto</b>	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO IN LOCO

**DECISÃO MONOCRÁTICA**

1. Versam os autos, sobre o Relatório de Inspeção *in loco* em concessões de incentivos governamentais pela **Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPLANDE**, referente aos processos datados de 2007, 2009 e 2010, sob a gestão e responsabilidade do então Gestor Sr. Luiz Otávio Gomes.
2. No processo, consta o relatório da referida inspeção *in loco*, **Relatório AFO-DFAFOE n. 018/2012**, emitido em **15/10/2012**, pela Diretoria responsável pela fiscalização estadual. No corpo do relatório, foi relatada a não observância, por parte da Secretaria, do art. 1, XX, da Lei 5.604/94, c/c art. 161, II da Resolução nº 03/2001, II, implicando na desobediência pelo gestor responsável às normas que regem este Tribunal.
3. **É o relatório.**
4. De início, destaco, que este Gabinete possui entendimento firme, no sentido de flexibilizar a análise das Prestações de Contas de Governo e de Gestão, quando de uma possível citação, para oferta de defesa ou quanto ao encaminhamento de alguma documentação pendente estiver obstaculizada pelo decurso do tempo.
5. Proferi diversas decisões e pontuei que a razoável duração do processo, em cotejo com outros valores espalhados nas Prestações de Contas de Governo e de Gestão, deve ser prestigiada, em atenção à segurança jurídica, bem como, ao contraditório e a ampla defesa. No caso em tela, trata-se de **processo de Inspeção in loco**.
6. A efetivação do contraditório fora do prazo razoável de duração do processo ofende o direito de defesa.
7. Sensível a esta situação, o Tribunal Pleno deliberou pela aprovação da **Resolução Normativa nº 13/2022**, no dia **23.08.2022**, publicada na edição do **Diário Oficial**

**Eletrônico do TCE/AL, de 25.08.2022**, que Dispõe Sobre o Reconhecimento da Impossibilidade Material de Julgamento de Mérito em Processos de Contas e dá outras providências.

8. Compulsando os autos, verifica-se a incidência da **Resolução Normativa n.º 13/2022 do TCE/AL**. Porquanto, é processo que necessita de diligências, por ter ingressado nesta Corte de Contas, há mais de 05 (cinco) anos. A saber:

*Art. 2º Os processos de contas de gestão que ingressaram no TCE-AL antes da vigência da Resolução Normativa n.º 06/2022 deverão ser arquivados, com exceção dos que, cumulativamente, contem com menos de 5 (cinco) anos na data de publicação deste normativo e vierem a ser definidos por ato expedido pela presidência da Corte; o mesmo se aplica aos processos de fiscalização ordinária de licitações e contratos preconizados nos arts. 131 a 139 do Regimento Interno do TCE-AL.*

9. Em razão do exposto, **O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO TC-15.820/2012**, é a medida cabível.

10. Diante do relatado, **DECIDO**:

- a. **PUBLICAR** a presente Decisão Monocrática no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em atendimento ao disposto **arts. 3º, 4º e 5º da Lei Estadual n.º 7.300/2011**;
- b. **ENCAMINHAR** a cópia desta Decisão Monocrática, à Presidência deste Tribunal de Contas, para tomar as medidas necessárias, no sentido de dar conhecimento do inteiro teor desta Decisão, ao Gestor à época, **Sr. Luiz Otávio Gomes**, como também, ao **Poder Legislativo Estadual**, de acordo o disposto no **Art. 5º da Resolução Normativa n.º 13/2022 do TCE/AL**;
- c. **REMETER** o processo ao Ministério Público de Contas, para a devida e necessária ciência, em atenção ao **Art. 3º da Resolução Normativa n.º 13/2022 do TCE/AL**, e, em ato contínuo, retornar os autos ao Gabinete do Conselheiro-Relator;
- d. **DETERMINAR** após a ciência do Parquet de Contas, **o arquivamento do processo TC – 15.820/2012** na Diretoria de Fiscalização da Administração Financeira e Orçamentária Estadual - **DFAFOE**, em conformidade com o descrito no **Art. 2º da Resolução Normativa n.º 13/2022 do TCE/AL**, em



local reservado para esta finalidade, **pelo prazo de 02 (dois) anos**, a contar da data da publicação desta Decisão Monocrática no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no **Art. 3º, §1º da citada Resolução Normativa**;

e. **TRANSCORRIDO** o prazo definido no **§ 1º, do Art. 3º da Resolução Normativa nº 13/2022 do TCE/AL**, e caso não seja constatada a interposição de nenhum recurso em face desta Decisão Monocrática, os autos deverão ser **DESCARTADOS**, observadas as disposições constantes na **Resolução Normativa nº 02/2021 do TCE/AL**, aprovada na **Sessão Plenária do dia 02/03/2021**, publicada na edição do Diário Oficial Eletrônico do TCE/AL, na mesma data, que Instituiu o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades Meio e Fim no Âmbito do TCE/AL, e demais cautelas legais, conforme o **Art. 3º, § 2º da Resolução Normativa nº 13/2022 do TCE/AL**.

Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, GABINETE DO CONSELHEIRO OTÁVIO LESSA DE G. SANTOS, em Maceió, 27 de fevereiro de 2023.

Conselheiro **OTÁVIO LESSA DE G. SANTOS** – Relator